

Horror econômico

A equipe econômica, desde o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em janeiro de 1995, optou por defender uma política de dependência do capital externo para manter os preços do dólar subavaliados em relação ao real. O custo da escolha foi excessivamente alto. Os juros alcançaram taxas astronômicas, que contiveram o crescimento econômico e praticamente dobraram os índices de desemprego. Além disso, levaram às alturas a dívida pública, que cresce cerca de 60% ao ano.

A política de juros altos só trouxe benefícios aos bancos, cujos ganhos fecharão o ano em patamares recordes. Para cada R\$ 100 de patrimônio, na média as instituições financeiras irão embolsar, livres de qualquer imposto, R\$ 22. É o dobro do lucro auferido nos países mais desenvolvidos. Neste ano, o Itaú — só para citar um exemplo — vai aumentar o patrimônio em um terço sobre tudo o que acumulou em mais de meio século de existência.

Enquanto isso, o setor produtivo — a indústria, a agricultura e o comércio, o lado real da economia — deverá amargar enorme prejuízo. As projeções assustam. O patrimônio das 302 maiores empresas do país vai encolher pelo menos 5%. Mais: es-

sas empresas já devem aos bancos metade de tudo o que possuem.

A consequência da distorção é o desemprego, a fome, as condições deploráveis do sistema de saúde pública e a violência, que se espalha pelo país como um rastilho de pólvora, com mortes diárias superiores às registradas em guerras como a do Vietnã e a de Kosovo.

Além da transferência sem precedentes de rendas, é importante lembrar que os grandes bancos, mediante competente gestão tributária e tirando proveito das deficiências da legislação fiscal, praticamente não pagam Imposto de Renda. O fato, denunciado pelo secretário da Receita Federal em depoimento na CPI do Sistema Financeiro, causou perplexidade e indignação a todos os que dele tomaram conhecimento.

A Reforma Tributária, em análise no Congresso Nacional, deve incorporar esses dados de realidade, esquecer interesses corporativos ou políticos e buscar equidade e universalidade fiscais. Alcançar esses objetivos é questão de sobrevivência do Estado brasileiro. Não se pode continuar a aceitar distorções econômicas nas quais os trabalhadores e o setor produtivo carregam as riquezas para os intermediários financeiros. É preciso dar um basta a esse horror econômico.